

'Pacote' divide os empresários

AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Alíbano Franco (PDS-SE), elogiou ontem, em **Porto Alegre**, o novo "pacote" econômico do governo, porque, no seu entender, não afeta o setor produtivo e as pequenas e médias empresas, mas taxa preferencialmente os ganhos especulativos no mercado de capitais.

Para ele, esta é uma decisão justa. O empresário acrescentou, no entanto, ter informações "extra-oficiais" de que o "pacote" irá criar um fundo de apoio a reinvestimentos, taxando com uma "contribuição compulsória" todas as grandes empresas que tenham lucros financeiros superiores às suas despesas financeiras. Esta "contribuição" só será devolvida às empresas depois de 12 meses, com correção monetária, mas poderá ser liberada se antes disso os contribuintes decidirem comprovadamente reinvestir os lucros taxados. Franco disse, também, ter "certeza" de que o governo complementará o "pacote" com uma decisão da maior imprescindibilidade: cortando efetiva e seriamente os gastos públicos.

O presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, Samuel Schubert, disse ontem, no Rio, que o empresariado nacional deve reagir energicamente ao 'pacote' econômico do governo". Para Schubert, "mais impostos não se justificam sob quaisquer argumentos, pois a carga tributária nacional é pesada demais e fatalmente conduzirá ao colapso os setores produtivos da Nação". Ele adiantou que o

"empresariado brasileiro certamente não aceitará passivamente o aumento de impostos que o governo pretende impor em 1986, pois as reações contrárias já se fazem sentir há muito tempo no seio das classes econômicas do País".

"Sou contra qualquer aumento de impostos, se nunca há contrapartida do governo em termos de redução de seus gastos", disse ontem, em **Belo Horizonte**, o vice-presidente do Grupo Gerdau (o maior produtor privado de aço do País), Frederico Gerdau Johannpeter. Ele afirmou que o Brasil possui uma das maiores taxas tributárias do mundo, tanto direta quanto indiretamente, e desde 1980 é a 5ª vez que o governo federal aumenta impostos para depois falar em corte dos gastos públicos.

Em Recife, o presidente da Associação Comercial de Pernambuco, José Almeida do Nascimento, elogiou ontem o "pacote" econômico do governo, por entender que ele contempla os assalariados e as camadas menos privilegiadas da população. "Com isso — frisou —, lucram também o comércio, a indústria e a própria economia, beneficiada com a recuperação do poder de compra da população." O líder classista fez questão de esclarecer que não reconhecia "profundamente" o "pacote" ou elenco de medidas, mas acrescentou: "Pelo que pude sentir, é benéfica a margem maior de isenção, pois acaba com a anomalia de o assalariado financiar o governo".

O presidente da Federação do Comércio e Indústria de Santa Catarina,

Francisco Mastella, considerou ontem, em **Florianópolis**, uma "incoerência" as medidas anunciamas pelo governo federal, principalmente a que se refere à exigência de que as empresas apresentem semestralmente suas declarações do Imposto de Renda. Na sua opinião, essa medida poderá descapitalizar ainda mais as empresas, frisando que "mais uma vez a iniciativa privada é punida".

Os empresários piauienses são "radicalmente" contrários ao "pacote" fiscal do governo, segundo afirmou ontem, em **Teresina** o diretor-executivo da Associação Comercial Piauiense, Paulo Teixeira. Explicando que esse ponto de vista é o mesmo de outras entidades, inclusive algumas não-empresariais, como a Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais, a Associação dos Professores do Estado do Piauí, a Associação dos Engenheiros Agrônimos do Piauí e, até, a Associação dos Cegos do Piauí, Teixeira lembra que o "pacote" não vai penalizar os empresários e, sim, os consumidores, para quem serão repassados os impostos.

Em **Santos**, o secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros, Guaiáquil de Moraes, considerou o novo "pacote" fiscal do governo apenas uma medida paliativa, que vai significar muito pouco em termos de benefícios concretos para o trabalhador. "Esse 'pacote' é novo entre aspas, já que nós, trabalhadores, continuaremos sendo lesados", disse. O sindicalista acha que, enquanto não houver uma reforma bancária e uma reforma tributária, pouca coisa irá alterar-se.